



Frontespicio de "Chatterton" (1835)

sua breve carreira literária. Franklin Dória menciona o fato de ter Chatterton começado pela sátira... (3). Macedo Soares parece ter sido o único a preocupar-se com o problema das mistificações literárias: "Se Chatterton conseguiu chamar a atenção do público com os poemas que assinava com o pseudônimo de Th. Rowley, não enganou por muito tempo a crítica". (4).

Mas, a maior parte das referências a Chatterton, encontradas principalmente nas revistas literárias da Academia de São Paulo, liga-se a um conceito muito caro aos românticos e do poeta como ser amaldiçoado, predestinado ao sofrimento pelo dom fatal da poesia. O poeta

Vigny tr em três tradição patética Conrado O C tezn. o 1 Não é d mento u ras revis Paulo na Acadêmic

POLÍTICA E LÍNGUA

Considerações formais da estrutura de sentenças provocam outras, aparentemente sem relação com o problema considerado. Por exemplo: quando consideramos a diferença entre a estrutura do diálogo e do discurso, pode ocorrer-nos que na política existe uma diferença semelhante, a saber aquela entre a política como jogo e a política como revolução permanente. Aliás, considerações estruturais têm este efeito curioso: apontam paralelos entre fenômenos até agora considerados inteiramente distintos. Abrem portanto novas perspectivas e criam novos modelos. No caso: o diálogo como modelo de um "estilo" político e o discurso como modelo de outro. Não estou afirmando que a perspectiva exposta é, como tal, nova. Mas procurarei sugerir, no presente artigo, que pode ser nova num determinado contexto.

Dividirei este artigo em duas partes. Na primeira considerarei brevemente a língua como diálogo e como discurso. Na segunda procurarei aplicar essas reflexões ao campo da política no sentido mais amplo do termo. I. O diálogo pode ser concebido como uma situação, na qual dois (ou mais), sistemas trocam informação por um canal comunicante. No caso os sistemas em diálogo são pessoas, as informações são sentenças, e o canal é uma língua. A situação, para poder ocorrer, exige determinadas condições prévias, e entre elas estas: (a) os sistemas não podem ser idênticos ou muito seme-

lhantes. (b) os sistemas não podem ser inteiramente ou quase inteiramente diferentes. (c) um dos sistemas não pode englobar ou quase englobar o outro. (d) os sistemas devem estar abertos um para o outro. No primeiro caso o diálogo não pode dar-se, porque toda sentença emitida já consta do receptor e não o informa. É redundante. É o caso da incomunicabilidade entre casais, ou entre pessoas muito ligadas. O clima, neste caso, é de chateza. E este clima prova existencialmente que o diálogo teve êxito: a troca de informações assimilou dois sistemas a ponto de identificá-los. Nada têm a dizer, doravante, um para o outro. No segundo caso o diálogo não pode dar-se, porque nenhuma sentença emitida pode ser captada pelo receptor, já que nada dela consta do seu repertório e da sua estrutura. Toda sentença emitida é, para o receptor, ruído. É o caso da incomunicabilidade entre um esquimó e um baluba, ou, (em outro nível), entre um logicista e um existencialista. Nada podem dizer um ao outro, e quando um fala, o outro nada capta. No terceiro caso o diálogo não pode dar-se, porque apenas as sentenças que partem do sistema mais amplo podem informar o sistema mais estreito. As sentenças em sentido contrário são todas redundantes. Neste caso o diálogo degenera em discurso. É o caso da impossibilidade de diálogo entre professor e aluno, (agravado pelo possível fechamento do professor nas áreas, nas quais o aluno pode ser o sistema

mais amplo). A famosa incomunicabilidade entre as gerações é outro exemplo. No quarto caso o diálogo não pode dar-se, porque um dos sistemas, (ou ambos), interrompe o canal comunicante. A interrupção é introduzida, quando há recelo que informações, se permitidas, interromperiam o repertório e a estrutura do receptor, fazendo com que perca sua identidade. É o caso da incomunicabilidade entre um católico e um marxista, (por fechamento mútuo), e é ilustrado, (como fechamento unilateral), por Berlim com seu muro.

O diálogo é pois uma situação relativamente rara, e por isto preciosa. Surge apenas quando dois sistemas diferentes, mas semelhantes, se abrem mutuamente, e quando têm amplitude comparável. E cessa, quando a troca de informação tiver assimilado os sistemas um ao outro. Enquanto dura, sentenças parcialmente redundantes e parcialmente ruidosas são transformadas em informação pelo receptor, cujo repertório e cuja estrutura ficam por isto enriquecidos. E provocam, no receptor, outras sentenças que são emitidas para enriquecer o parceiro. Este jogo é pois o único, no qual ambos jogadores saem vencedores, enquanto dura. Mas o jogo acaba, (como tudo que é bom), em empate. Talvez convém, como "boa estratégia", interrompê-lo no auge?

O discurso pode ser concebido como uma situação, na qual um sistema se lança sobre sistemas vizinhos,

a fim de assimilá-los ao seu. O próprio termo "discurso" sugere essa estrutura. Mas conceber o discurso apenas como monólogo, (coisa que acabo de fazer), seria empobrecer as suas potencialidades. Embora o discurso surja talvez efetivamente nas situações comunicantes, que exemplifiquei por "professor: aluno", tem ele características próprias... das quais a mais importante é esta: o discurso progride. Em outras palavras: o discurso tem meta e procura aproximar-se dela. Isto o distingue do diálogo, cujo caráter é lúdico e portanto desprezioso. Que pretendem o discurso? Explicar o implícito na sua primeira sentença. A primeira sentença do discurso, (o seu postulado), contém pois, como projeto, as demais sentenças, (os argumentos). O discurso é, estruturalmente, projetivo, tendencioso, e argumentativo.

O caráter progressivo, teleológico, do discurso confere às suas sentenças um aspecto exclamatório e declaratório: que as torna quase imperativas, mesmo quando são, formalmente, indicativas. A distinção formal entre um imperativo e um indicativo é esta: o indicativo predica pelo verbo "ser", (por exemplo: "João é"), e o imperativo pelo verbo "dever ser", (por exemplo "João deve ser"). Há pois, no discurso, um elemento valorativo, (normativo), ou se preferirem um elemento volitivo, que está ausente no diálogo, (a não ser que o diálogo degenera em discussão, que são dois discursos cruzados). O discurso pode pois ser definido como uma série pro-

gressiva explicam nada com pios excel são religi discurso ciência nela o das suas rece à pro losoffa da entanto, caráter n do a "me tulados d é o discor suma: o m unicação

Resumi zer que competens nos duas nicação: cursiva, espécie d comunica parceiros cursiva é normas. entanto, rio de co cessa, se genera, s discussão, zados, en qual dizi: ela é "o p sas"

II. Han a política de vida h economia do outro distinção mia]o ho grado na cionado p o homem valores se modificaria |o ho templand: plo de un co seria t tiguidade,

(3). Mace-
par-se com o
Chatterton con-
s poemas que
não enganou

em três atos. Chatterton (1833), enriquecendo assim a tradição do herói romântico com mais uma figura, tão patética como Werther ou René, tão contraditória como Conrado ou Lara.

O Chatterton de nossos românticos é, com toda certeza, a personagem do romance e do drama de Vigny. Não é de estranhar, portanto, que se encontre finalmente uma tradução do Chatterton em uma das inúmeras revistas literárias que produziu a Academia de São Paulo na época do Romantismo. A revista é a *Palestra Acadêmica*, cujo primeiro número, segundo Afonso de



Alfred de Vigny.

LÍNGUA

Alá-os ao seu.
mo "discurso"
strutura. Mas
"discurso" apenas
co, (coisa que
er), seria em
tas potenciali-
ra o discurso
efetivamente
comunicantes,
quei por "pro-
tem ele ca-
próprias, das
importante é
urso: progride,
lavrás: o dis-
ta e procura
dela. Isto o
diálogo, cujo
o e portanto
Que preten-
? Explicar o
sua primeira
meira senten-
o seu pos-
m pois, como
mais senten-
entos). O dis-
raturalmente,
lencioso, e ar-

gressiva de sentenças que explicam uma sentença tomada como norma. Exemplos excelentes de discursos são religiões e ideologias. O discurso mais perfeito é a ciência da natureza, mas nela o caráter normativo das suas sentenças não aparece à primeira vista. A filosofia da ciência revela, no entanto, atualmente esse caráter normativo, deliberado a "modelador" dos postulados dos quais a ciência é o discurso explicativo. Em suma: o discurso é uma comunicação imperativa.

Resumindo podemos dizer que a nossa língua é competente para pelo menos duas formas de comunicação: a dialógica e a discursiva. A dialógica é uma espécie de jogo pelo qual comunicam dois, (ou mais), parceiros da língua. A discursiva é uma explicação de normas. O diálogo é, no entanto, um estágio precário de comunicação, porque cessa, se tiver êxito, ou degenera, se não o tiver, em discussão, em discursos cruzados, em "polemica", da qual diziam os antigos que ela é "o pai de todas as coisas".

II. Hannah Arendt define a política como uma forma de vida humana, distinta da economia de um, da teoria do outro lado. A idéia da distinção é esta: na economia o homem viveria integrado na natureza e condicionado por ela, na política o homem viveria aplicando valores sobre a natureza e modificando ela, e na teoria o homem viveria contemplando valores. O exemplo de um homem econômico seria um escravo da antiguidade, ou um funciona-

rio da atualidade. Exemplos de homens políticos seriam um artesão da antiguidade, um artista dos tempos modernos, e um democrata da atualidade. Exemplos de homens teóricos seriam um filósofo da antiguidade, um monje da idade média, e um artista "puro" da atualidade. A política seria pois o campo da vida ativa, daquela que valoriza o real e realiza valores. Reformulando um pouco, poderíamos dizer que a vida econômica seria aquela da vivência imediata, empírica e incommunicável. Que a vida política seria aquela comunicável discursivamente. (isto é por sentenças normativas). E que a vida teórica seria aquela comunicável dialógicamente. Mas esta reformulação coloca imediatamente problemas, de alguns dos quais tratarei em seguida.

A distinção entre os três níveis de vida é hierárquica, no sentido de três degraus em escada. O homem individual e uma sociedade tomada como unidade, podem subir e descer a escada. Neste modelo pode por exemplo a história ocidental ser concebida da seguinte forma: um longo período de vida econômica, (a pré-história), a subida para a vida política, (história antiga até o aparecimento da filosofia grega), subida para a vida contemplativa, (idade clássica e média), descida para a vida política, (Renascentismo até a Revolução Industrial), e descida para a vida econômica, (século 19 até a pós-história que se inicia atualmente). Neste modelo o feudalismo seria a sociedade ideal: a economia,

(o terceiro estado), sustentando a política, (segundo estado), que por sua vez sustenta a contemplação, (o primeiro estado). Não cabe aqui discutir os méritos do modelo. Cabe discutir o lugar reservado à política nele.

A política é definida, neste modelo, muito amplamente como o campo da atividade humana, que se localiza entre o campo do mero funcionamento automático, (economia), e o campo da contemplação pura (teoria). Pois parece óbvio que o campo de atividade tem um aspecto diferente para quem o penetra de baixo, (do mero funcionamento), e para quem o penetra de cima, (da teoria). Em outras palavras: política é vivenciada de uma maneira por um homem econômico que se libertou o suficiente para politizar-se, e de outra maneira por um homem teórico que se decidiu engajar-se nela. Surgiu que é esta diferença vivencial que pode ser iluminada pelas considerações estruturais da língua.

Sugiro que para o homem teórico a política é um jogo. Isto é, para falarmos platonicamente, um diálogo na feira. O homem teórico condescende para participar dele. Ele é o filósofo-rei que proíbe a entrada à sua república aos artistas, esses homens econômicos que se politizaram. E sugiro que estes artistas não brincam com o filósofo, não dialogam com ele, porque para eles a política não é um jogo, mas coisa seria, a saber: discurso. Para o homem teórico a política é o campo da aplicação de teorias, para o

homem econômico ela é o campo da libertação progressiva da economia. Por isto ela é, para o homem econômico politizado, (para o escravo que se liberta), uma revolução permanente. Estamos diante de duas visões inteiramente diferentes da política: a visão dialógica, e a visão discursiva.

Dada a estrutura do diálogo, (que discutiremos brevemente), a visão dialógica da política é efêmera e passageira. Dá-se na passagem da política para a teoria, (por exemplo na Atenas de Platão), e na passagem da teoria para a política, (por exemplo na Inglaterra e nos Estados Unidos do século 18). É a visão aproximadamente idêntica com "democracia", (no sentido liberal do termo). Mas na situação atual, (no presente modelo: na passagem para a pós-história), a visão pode renovar-se curiosamente. Apenas o diálogo não se daria, atualmente, entre filósofos na feira, mas entre computadores. Seriam os computadores dançantes para os quais a política é um jogo. E a teoria dos jogos seria a "democracia" da atualidade.

Isto sugere a seguinte visão da cena política da atualidade: de um lado homens econômicos politizados, empenhados em discursos cruzados, em polemicas, em guerras, buscando explicitar valores. E, dada a maior competência dos computadores, a inclusão dos discursos como lances no jogo. Não seria esta numa visão a ser considerada? Não, representa ela um modelo que capta uma parcela da realidade?

Vilém Flusser